

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa
Despacho	NP: znomar6c SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 20/02/2013 Requerimento nº 9/2013 Protocolo nº 257/2013 Processo nº 76/2013
Autor: Dep. Dilmar Dal Bosco	

Nos termos do art. 177 do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, requeremos à Mesa Diretora, depois de ouvido o soberano Plenário, que determine a realização de uma AUDIÊNCIA PÚBLICA para tratar da REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA em SINOP, no dia 05 de abril de 2013, às 17::00hs, na Câmara Municipal de Sinop.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 19 de Fevereiro de 2013

Dilmar Dal Bosco
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

Sinop é a quarta maior cidade de Mato Grosso, sua população é estimada em mais de 110 mil habitantes, o que coloca Sinop em [229º lugar](#) no Brasil, [114º lugar entre os municípios interioranos](#) e [4º lugar no estado](#). Possui uma área de 3.194,339 km² e a principal atividade [econômica](#) é a prestação de serviços, com grande destaque também para o setor [pecuário](#) ([bovinos](#) e [suínos](#)), cultivo de [algodão](#) e [cereais](#) ([soja](#), [milho](#) e [arroz](#)) e [indústria](#) madeireira.

No início dos [anos 70](#), tem início a construção de uma cidade no Norte de Mato Grosso originada de uma empresa, a Sinop Terras, que se origina da Gleba Celeste, dividida em 5 lotes. A construção de Sinop se assemelha a construção de [Brasília](#), ocorrida mais de 10 anos antes, pois tanto uma quanto a outra foram construídas muito rapidamente (em poucos anos) e a colonização inicialmente se deu por [paranaenses](#), mas logo, num fenômeno de explosão populacional, se estendeu aos [brasileiros](#) de todas as regiões do país, principalmente do Sul, Nordeste e Norte do Brasil.

O presente requerimento tem por finalidade, apresentar as reivindicações da população sobre a situação fundiária na cidade de Sinop, que envolve inúmeros casos de deslocamento e sobreposições de títulos, causados até mesmo pelos próprios responsáveis pela expedição dos títulos definitivos, gerando inclusive um verdadeiro caos fundiário na cidade e em outros municípios. Pois, a atual situação fundiária do Estado de Mato Grosso advém de uma história repleta de choques de competências, com diversas regiões regularizadas por diversos órgãos, autarquias e colonizadoras, resultando numa miscelânea de títulos, sesmarias, glebas, e áreas indígenas.

O intuito da audiência pública é na verdade regularizar a situação das terras na cidade através da organização correta do cadastro fundiário já existente, pois a principal dificuldade dos produtores em conseguir financiamentos, é justamente a situação irregular dos títulos das terras.

Diante do exposto, solicitamos a aprovação do presente requerimento pelos nobres Deputados com assento nesta Casa de Leis.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 19 de Fevereiro de 2013

Dilmar Dal Bosco
Deputado Estadual